



PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ILHA DE COTIJUBA, BELÉM, PARÁ

Glauce Vitor da Silva¹; Liuzelí Abreu Caripuna²; Marcia Lemos da Silva³; Altem Nascimento Pontes⁴; Géssica da Silva e Silva⁵

1. Mestre em Ciências Ambientais. Universidade do Estado do Pará. Belém, Brasil (glaucevitor@yahoo.com.br)
2. Bacharela em Turismo. Universidade Federal do Pará. Belém, Brasil
3. Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém, Brasil.
4. Pesquisador do Programa de Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará. Belém, Brasil.
5. Graduanda do curso de Engenharia Ambiental. Universidade do Estado do Pará. Belém, Brasil

Recebido em: 12/04/2014 – Aprovado em: 27/05/2014 – Publicado em: 01/07/2014

RESUMO

O presente artigo teve como objetivos identificar o perfil socioeconômico e a percepção ambiental de moradores e visitantes da área de proteção ambiental na Ilha de Cotijuba, que fica localizada na parte insular da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Para tanto, o tipo de pesquisa empregada foi a teórico-empírica com atividades de campo. A amostra foi constituída de 80 respondentes, sendo 40 moradores locais e 40 visitantes. A coleta de dados foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, por meio da aplicação de questionários com 12 questões, abertas e fechadas, tanto para os moradores quanto para os visitantes. Além disso, foram também utilizados câmera fotográfica, caderno de campo e um gravador. A análise dos dados coletados foi feita por meio do emprego de estatística descritiva para o estabelecimento de médias e frequências e construção de gráficos e tabelas. Os resultados indicaram a necessidade de implantação de ações voltadas para a sensibilização e conscientização ambiental da comunidade local, dos visitantes e do poder público, a fim de reduzir os impactos ambientais de natureza antrópica na Ilha de Cotijuba.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Conservação. Responsabilidade Ambiental. Sustentabilidade.

ENVIRONMENTAL PERCEPTION IN ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA IN THE ISLAND OF COTIJUBA, BELÉM, PA

ABSTRACT

This article aims to identify the socioeconomic and environmental awareness of residents and visitors to the area of environmental protection in Cotijuba Island, which is located in the island town of Belém, capital of Pará, Therefore, the type of research employed was the theoretical-empirical with field activities. The sample consisted of 80 respondents, 40 were locals and 40 visitors. Data collection was conducted in the months of January and February 2014, through questionnaires with

12 questions, open and closed, both for residents and for visitors. Moreover, the used camera, field notebook and a tape recorder. The data analysis was done through the use of descriptive statistics to establish means and frequencies and construction of graphs and tables. The results indicated the need to implement actions aimed at raising awareness and environmental awareness of the local community, visitors and the public authorities in order to reduce the environmental impacts of anthropogenic nature on the island of Cotijuba.

KEYWORDS: Conservation Unit. Environmental Responsibility. Sustainability.

INTRODUÇÃO

É crescente o levantamento de questões relacionadas à Educação Ambiental (EA) e seus desafios, visando à melhoria da qualidade de vida no planeta (PELLICIONE, 1998; MEDEIROS, 2002; GUIMARÃES, 2004; REIGOTA, 2007; NOVICKI e SOUZA, 2010; SILVA et al., 2013). As discussões geradas sobre essa temática objetivam sensibilizar a sociedade quanto suas responsabilidades e relações com o meio ambiente (SOBRINHO et al., 2013). No entanto, estas relações podem ser entendidas por meio de múltiplos olhares para as questões, sociais, econômicas, culturais e ambientais. Logo se faz necessária à contribuição de diversas áreas de conhecimento “para que a EA seja compreendida não apenas como um instrumento de mudança cultural ou comportamental, mas também como um instrumento de transformação social para se atingir a mudança ambiental” (LAYRARGUES, 2004, p.12).

Nesse sentido, esta pesquisa aborda a percepção ambiental, ou seja, o entendimento e conhecimento que o indivíduo possui sobre o meio em que vive (PACHECO & SILVA, 2007) e o processo educativo associado às questões ambientais refletido no comportamento da comunidade local e de visitantes na Área de Proteção Ambiental (APA) de Cotijuba, Ilha localizada em Belém do Pará.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE COTIJUBA

A lei nº 9.985, de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), considerado “um importantíssimo instrumento regulador de manutenção de áreas e um instrumento de relevante interesse da comunidade” (MORAES, 2008, p. 16). As áreas protegidas por lei podem ser denominadas como Unidades de Conservação (UCs), definidas como:

O espaço territorial com limites definidos, que possuam características naturais relevantes e importantes recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com objetivos de conservação, legalmente instituído pelo Poder Público e sob regime especial de administração, apropriadas à sua proteção, e as divide em duas categorias, as Unidades de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, esta permite o uso direto de seus recursos naturais, ou seja, a exploração sustentável, social e economicamente viável dos recursos ambientais (SNUC, 2000).

As UCs têm como finalidade resguardar os recursos naturais, o que permite a criação de Áreas de Proteção Ambiental, entendidas como:

“[...] áreas em geral extensas, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estáticos ou culturais

especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SNUC, 2006, p. 16).

As APAs podem ser constituídas por terras públicas – limitando a ocupação e uso do solo, sobre a jurisdição constitucional – e privadas, onde o proprietário é quem deve determinar as condições para a visitação e pesquisa de acordo com as exigências legais. A APA de Cotijuba foi instituída por meio da Lei Municipal 5.621, de 27/11/1990, fato que obriga a manutenção de sua vasta cobertura vegetal e a proibição da circulação de veículos motorizados, exceto os de segurança e saúde (FAPESPA, 2012).

A Ilha de Cotijuba está localizada no município de Belém. Cotijuba faz parte do estuário amazônico, limita-se ao norte pela baía de Marajó estando a uma distância de 9 km do distrito de Icoaraci e a 33 km do centro de Belém. Possui uma área de aproximadamente 60 km² e uma costa de 15 km de praias de água doce, sendo grande propulsora do turismo local (SÁNCHEZ, 2005).

De acordo com GOMES et al. (2013, p. 560), “Cotijuba é detentora de um autêntico potencial turístico caracterizado por suas belezas naturais, pelos hábitos nativos e pela culinária exótica, além de proporcionar um contraditório encontro da tranquilidade com o prazer da aventura”. O acesso à Ilha é feito a partir do trapiche do Distrito de Icoaraci, em uma viagem de aproximadamente 50 minutos. O crescimento da atividade turística e a ocupação desordenada da Ilha têm provocado grandes impactos ambientais ocasionados por visitantes, residentes e por aqueles que se apropriam do espaço, de forma irregular (MESQUITA e SILVA, 2010).

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos para esta pesquisa obedeceram a uma ordenação baseada em informações bibliográficas e em trabalho de campo. A amostra foi constituída de 40 moradores da Ilha de Cotijuba, além de 40 visitantes que haviam se deslocado para a referida Ilha a fim de conhecer aquele polo turístico.

Para a coleta de dados foram aplicados questionários, com 12 perguntas abertas e fechadas, para moradores e visitantes, com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico e a percepção ambiental dos respondentes. A coleta de dados foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, em horários alternados. Para tanto, foram utilizados câmera fotográfica, caderno de campo e um gravador.

A análise dos dados coletados foi feita por meio do emprego de estatística descritiva para o estabelecimento de médias e frequências e construção de gráficos e tabelas. O software utilizado nas análises foi o BioEstat 5.3 (AYRES et al., 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao identificar o perfil socioeconômico dos entrevistados, observou-se, quanto ao gênero, a predominância do sexo feminino entre os moradores (70%) e entre os visitantes entrevistados (67,5%). Quanto à faixa etária, percebe-se que a variação entre 21 e 40 anos tem maior expressividade entre os residentes da Ilha (37,5%) e visitantes (45%), indicando um perfil jovem (Figura 01).

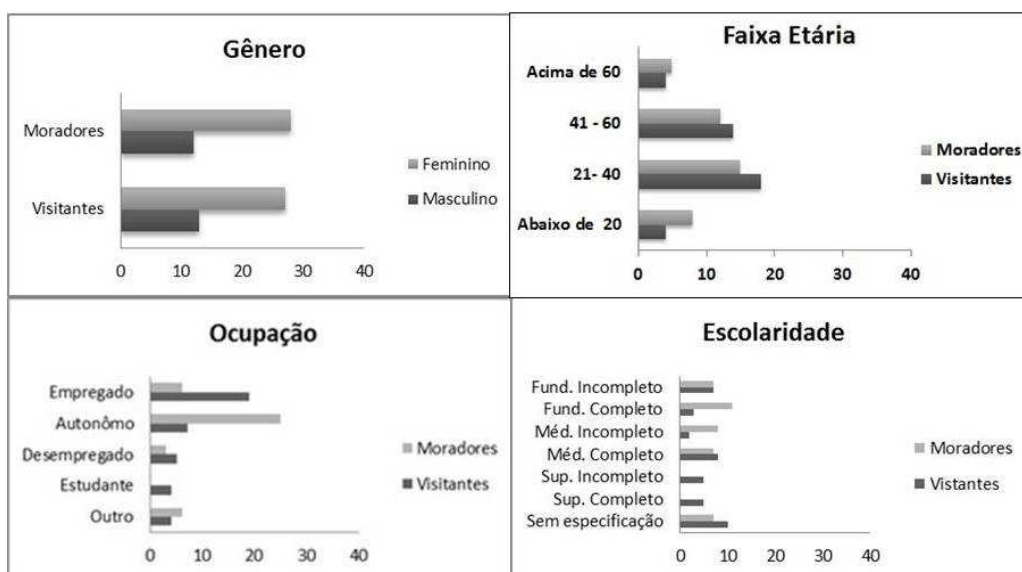


FIGURA 01: Perfil socioeconômico (Moradores e Visitantes).

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Percebe-se pelos dados da Figura 01, que em relação à atividade econômica, 47,5% dos visitantes têm emprego formal e 62,5% dos moradores trabalham de forma autônoma, principalmente de mototaxistas, serviços de charrete e bondinho, conforme indica a Figura 02. Uma das hipóteses levantadas pelos pesquisadores em relação aos dados obtidos é a carência de oportunidades de emprego formal na Ilha. De certa forma, algumas mudanças ocorreram nos últimos anos, e “o turismo é um indutor de crescimento e desenvolvimento econômico, sendo também responsável por mudanças no ambiente” (GOMES et al., 2013, p. 566).



FIGURA 02: Ponto de mototáxi. Serviço de charrete. Bondinho

Fonte: Caripuna (2013).

Em relação à escolaridade dos entrevistados, nota-se uma pequena variação entre os dados obtidos, onde a maior porcentagem foi de 27,5% entre moradores com ensino fundamental completo e de 20% dos visitantes com ensino médio completo.

Ao realizar perguntas direcionadas ao objetivo central desta pesquisa, ou seja, percepção ambiental, percebeu-se um desconforto entre os respondentes. Ao serem questionados sobre a existência de problemas ambientais na Ilha, a resposta

positiva foi predominante totalizando uma porcentagem de 87,5% entre os moradores e 82,5% entre os visitantes. Ressalta-se que 7,5% dos moradores afirmaram a não existência de problemas ambientais e 15% dos visitantes desconheciam qualquer tipo de problema (Figura 03).

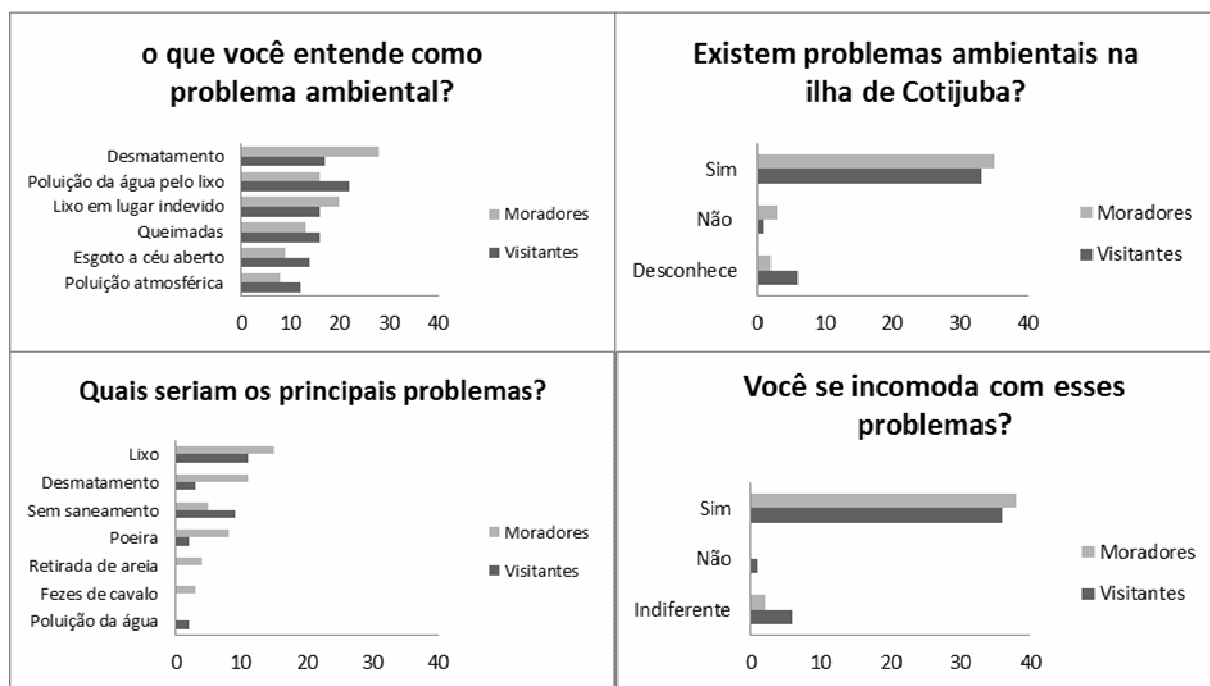


FIGURA 03: Percepção ambiental.

Quando questionados sobre os principais problemas ambientais na Ilha, foram citados 11 tipos de problemas diferentes. No entanto, sete foram mais comuns entre os respondentes, destacando lixo como maior problema e mais presente visivelmente na Ilha. Em Cotijuba, um dos maiores problemas relacionados ao lixo se caracteriza pela “coleta irregular, o despejo em locais inapropriados, a falta de lixeiras, e a queima e o enterro de resíduos na área” (HÜFFNER, 2013, p. 07).

Outro problema identificado foi o desmatamento que na visão dos moradores é um problema recorrente na Ilha e que deveria ter uma atenção maior dos governantes. O desmatamento e a venda ilegal de madeira destinada a especulação imobiliária foram algumas das razões que fizeram com que a Ilha de Cotijuba se tornasse uma APA (GOMES et al., 2013).

Os entrevistados também indicaram a carência de serviços de saneamento básico, este “assume papel de destaque, em decorrência da capacidade de impacto na prevenção e controle de doenças de veiculação hídrica e aquelas relacionadas a resíduos sólidos” (PHILLIPI JR e MALHEIROS, 2005, p. 57). Na Ilha percebeu-se uma deficiência na infraestrutura, haja vista que não possui sistema público de esgotamento sanitário e muitas casas possuem poço artesiano e fossa séptica. Ao responderem se tais problemas os incomodavam, observou-se que tanto moradores quanto visitantes mostravam-se sensíveis às problemáticas apresentadas na Ilha, totalizando 95% e 90%, respectivamente.

Ao indicar a responsabilidade pelos impactos na Ilha, nota-se que os moradores sentem-se responsáveis pelo processo de degradação do meio

ambiente, todavia não descartam a participação de outros atores tais como: visitantes, empresários e governo na esfera local. Ao direcionar a mesma pergunta aos visitantes, estes, em sua maioria, também responsabilizaram os moradores, porém não se isentam de culpa. É importante ressaltar que os moradores são os mais atingidos neste contexto. Para HÜFFNER (2013, p. 07), em Cotijuba é visível que “o lixo e a perda de vegetação, estão associados ao turismo que influencia a ocupação e urbanização desordenadas” (Figura 04).

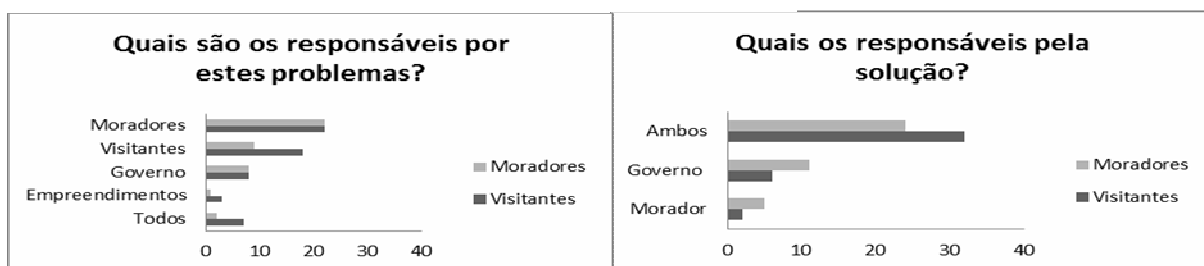


FIGURA 04: Problemas ambientais na visão dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Um ponto de partida que tem indicado o caminho para solução dos problemas ambientais é a Educação Ambiental diante de uma gestão participativa, onde o planejamento participativo se firma em um processo democrático, ao constituir um processo permanente no qual os agentes envolvidos atuarão individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (SILVA et al., 2013; UNESCO, 1987).

Entre os moradores, 50% responderam que sabiam o que é uma APA. E entre os que responderam que compreendiam a definição de uma APA, verificou-se que detinham apenas um conhecimento superficial, associando o significado de Área de Proteção Ambiental a uma área de recursos naturais protegidos. Quanto aos visitantes, verificou-se que 60% responderam que sabiam o que é uma APA. Com isso, infere-se que os mesmos têm uma percepção maior sobre esta questão (Figura 05).

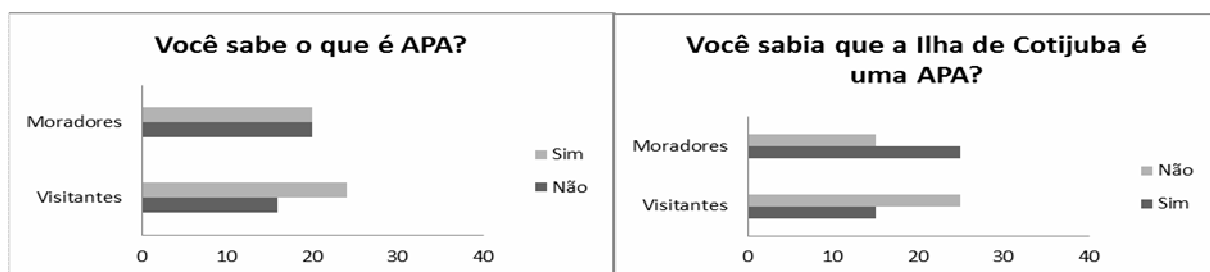


FIGURA 05: Conhecimento sobre APA.

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Ao serem questionados sobre a APA de Cotijuba, a maioria dos moradores, 62,5%, sabia que a Ilha corresponde a uma APA, contudo não sabiam o que é

permitido, seus direitos e deveres enquanto residentes desta UC. Entre os visitantes, 62,5% responderam que não reconhecem a área enquanto uma APA, fator este preocupante quanto à gestão dos recursos naturais da APA.

Para CÔRTE (1997, p. 27-28), existe um caráter de complexidade quando se busca a sustentabilidade para a convivência humana em uma APA:

[...] introduz um caráter de complexidade à questão trazendo em cena a busca de práticas de sustentabilidade que promovem a convivência harmônica do ser humano e seus sistemas produtivos com o meio em que vive. Decorrentes desta característica, certamente poderão surgir muitos conflitos entre o uso dos recursos naturais e a sua proteção, por não existir harmonia ou equilíbrio nas relações econômicas, políticas e também ambientais. Portanto, quando se pensa em gestão de uma APA, espera-se que a mediação de conflitos seja fator essencial.

O presente estudo mostra que há uma percepção ambiental de um número significativo de indivíduos questionados, e que ela é ainda maior entre os moradores da Ilha, onde há uma preocupação maior com o usufruto dos recursos naturais da APA, além de serem os mais atingidos pelos impactos ambientais que Cotijuba sofre. E em concordância com outros autores, como GOMES et al. (2013, p. 566), “percebe-se que as atividades econômicas são responsáveis pela fragmentação socioambiental”, e que essas atividades “deveriam estar em consonância com um plano de manejo pré-concebido, além de diversos outros aspectos voltados à sustentabilidade ambiental” (HÜFFNER, 2013, p. 02).

CONCLUSÃO

A busca pelos direitos sociais e ambientais foi uma crescente evolução na história da Constituição, tais conquistas foram alcançadas por meio dos movimentos político-sociais. A proteção ambiental teve ênfase com a Constituição Brasileira de 1988, precisamente no artigo 225 (BRASIL, 1988), que aborda assuntos sobre questões ambientais, que buscava um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para isso, foram criados diversos mecanismos que possibilitassem a preservação/conservação desses recursos a partir da constituição, como o SNUC, que organizou e uniformizou a gestão de UCs.

Em uma de suas categorias, as UCs são destinadas a utilização dos recursos de forma sustentável podendo ser classificadas como uma APA, que no caso pesquisado, corresponde à Ilha de Cotijuba. No entanto, as questões ambientais não são executadas da maneira que deveriam, com embasamento na sustentabilidade, pois os recursos naturais, a população local e a economia, não detêm muita atenção do poder público.

A Ilha de Cotijuba, por ser um local de grande beleza natural, acaba atraindo um fluxo massivo de visitantes, a maioria destes com uma percepção ambiental superficial. Também, verificou-se nesta pesquisa que a maioria dos moradores não possui conhecimentos sobre o que é permitido realizar numa APA, gerando assim, grandes consequências ambientais, devido suas atividades irregulares.

Portanto, sugere-se a implantação de ações para sensibilizar e conscientizar a comunidade local, os visitantes e o poder público, criando junto aos moradores ações de Educação Ambiental permanentes, não só nas praias e escolas, mas também em toda a comunidade local, contribuindo assim para manter preservada,

dentro de uma perspectiva socioambiental, a APA de Cotijuba, na cidade de Belém, Pará.

REFERÊNCIAS

AYRES, M.; AYRES JR., M.; AYRES, D. L.; SANTOS, A. de A. S. dos. **BioEstat: Aplicações Estatísticas nas Áreas das Ciências Bio-Médicas**. BioEstat. 5 ed. Belém, PA. 2007.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Artigo 225. Cap. VI. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 out. 2013.

CÔRTE, D. A. de A. **Planejamento e Gestão de APAs**: enfoque institucional. Brasília: IBAMA. Série Meio Ambiente em Debate, n. 15, 1997, 106 p. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 30/10/2013.

FAPESPA. **A repercussão do desmatamento no solo no microclima da Ilha de Cotijuba-PA**. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/ppgeo/arquivos/dissertacoes/210/Odimar%20do%20Carmo%20Melo.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

GOMES, E. C. B.; SILVA-JUNIOR, B. C.; NOGUEIRA, K. M.; GOMES, E. L. S. O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um turismo responsável (ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 2, mai/jul-2013, pp. 554-571.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identities da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

HÜFFNER, J. G. P. Turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental na Ilha de Cotijuba. **Educação Ambiental em Ação**, n. 46, 2013.

LAYRARGUES, P. P. (Re)Conhecendo a educação ambiental brasileira. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identities da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004-b. 156 p.

MEDEIROS, M. G. L. de. Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. **Ciênc. educ. (Bauru)**, 2002, v. 8, n. 1, p. 71-82.

MESQUITA, T. O. DA SILVA, C. N. **Turismo na Amazônia ribeirinha: um estudo sobre as repercussões socioespaciais da atividade turística na Ilha de Cotijuba, Belém-Pará**. Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, 2006. Disponível em: www.ecosocialnet.com/legislacao/SNUC.pdf. Acesso em: 28 out. 2013.

MORAES, J. P. D. de. **Ecoturismo, políticas públicas e desigualdade social**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/324>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

NOVICKI, V.; SOUZA, D. B. de. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Dez. 2010, v. 18, n. 69, p. 711-736. ISSN 0104-4036.

PACHECO, É.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.

PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Saúde soc.**, Dez. 1998, v. 7, n. 2, p. 19-31. ISSN 0104-1290.

PHILIPPI Jr, A. MALHEIROS, T. F. **Saúde Ambiental e Desenvolvimento**. São Paulo, Manole, 2005.

REIGOTA, M. A. dos S. Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. **Avaliação (Campinas)**, Jun. 2007, v. 12, n. 2, p. 219-232. ISSN 1414-4077.

SÁNCHEZ, C. T. **O mundo da vida no estuário amazônico: ecologia política da biodiversidade no arquipélago de Belém do Pará**. Rio de Janeiro, 2005. Tese de doutorado (ciências do desenvolvimento agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, G. V.; PONTES, A. N.; PEREIRA, A. M.; LIMA, A. M. M. Contribuições da Educação Ambiental para o turismo em Bragança (PA) (Amazônia Atlântica): uma perspectiva participativa. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 3, ago/out-2013, pp. 778-799.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000.

SOBRINHO, I. S. B.; ABREU JÚNIOR, V. A.; LIMA, A. P. A.; LEITE, M. S. B.; MEDRADO, H. H. S. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TRAJETÓRIA E COMPREENSÃO. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v. 9, n. 17., 2013.

UNESCO, 1987. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/educamb.html>. Acesso em: 28 out. 2013.